

Ata Reunião PEAS 17/09/2024

Às 9 horas do dia 17 de setembro de 2024 foi realizada a quarta reunião da Comissão Interinstitucional de Elaboração, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PEAS 2025-2034, em transmissão online da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, situada no Palácio das Araucárias, na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Bairro Centro Cívico em Curitiba-PR. Fizeram-se presentes: as representantes da CGS/SEJU Ana Ligia Bragueto, Flávia Palmieri Ziliotto, Deborah Toledo, Glória Christina de Souza Cardozo, Sayuri Felicio Schmidt, Mayra Depizol Siqueira da Silva, Kawany Huk de Lima, Luciano Jorge Holler; das outras Secretarias e órgãos: David Parise do Amaral (SESP); Helena Caron (SEEC); Lethicia Gaidarji (DPE); Maria do Socorro Ferreira Moraes (SEED); Danielle Cristine Cavali Tuoto (MPPR); Nadir Fantin (CEDCA); Leonardo Pelegrin (SEMIPI); Sirleni Brito dos Santos Silva (SESA); Fernando Redede (DPE); Luciane Diehl (SEEC); Paula Cristina Calsavara (SEDEF); Samanta Krevorucza (SEDEF); Juliana Muller Sabbag (SEDEF); Fabio Cunha; Professora Angela Coutinho; Professor Elenilton; Denise Masson; Eleandro Nicola; Cense Joana Richa; Cense São José dos Pinhais; Cense Fazenda Rio Grande; Semiliberdade de Londrina: Deise.

Ana Ligia Bragueto/CGS - inicia a reunião apresentando os presentes e destaca a importância da colaboração com a universidade federal na construção das metas e indicadores do PEAS. Menciona as reuniões realizadas com os professores, que fizeram considerações sobre o plano e apresentaram uma proposta de continuidade.

Desenvolvimento:

Professora Angela Coutinho - Convidada para participar do processo de construção do plano estadual, apresentou algumas questões levantadas pela equipe. Enfatizou a importância de incluir diferentes sujeitos na implementação do plano, destacando a necessidade de conhecimento do mesmo para fomentar a implicação. Propôs a realização de conferências regionais para discutir o plano, integrando a elaboração do plano nacional. A ideia é que seja formado um documento base até o final do ano, e que no próximo seja levado nesses espaços para discussões. Sugere que sejam feito 10 conferências.

Professor Elenilton - Concorda com a proposta da professora Angela, ressaltando a relevância de um documento orientador até o final de 2024 para fundamentar as discussões

locais e garantir que o plano se torne uma política pública efetiva.

Professora Angela Coutinho - Diz que para organizar essas 10 conferências, poderia seguir a mesma estrutura dos seminários regionais. Propõe 3 comissões para organizar esse processo: 1 que seria a comissão que já está funcionando, que seria de sistematização e metodologia, que organiza esse documento e a metodologia dessas conferências; 2 seria uma comissão de comunicação e mobilização, para fazer contato com os diferentes setores, entidades e atores para que o documento chegue em outras pessoas e também para mobilizar a sociedade de modo geral, para que saibam que este documento acontece; 3 de infraestrutura

Dra. Danielle Cristine Cavali Tuoto/MPPR - Questiona sobre a sistemática proposta, principalmente em relação ao tempo necessário para a elaboração do plano, que deve estar pronto até novembro deste ano. Pergunta também sobre os custos envolvidos.

Professora Angela Coutinho - Explica que haverá um desenho do plano até o final do ano, com refinamentos a serem feitos no primeiro semestre do ano seguinte. Destaca que a criação de várias comissões para diferentes tarefas ajudará a viabilizar a organização e a efetivação da proposta. Sugere que um grupo ou subgrupo se responsabilize mais pela sistematização do texto.

Dra. Danielle Cristine Cavali Tuoto/MPPR - Reforça a orientação de que os municípios não devem aguardar o plano nacional para elaborar seus próprios planos, devendo fazer as adaptações necessárias posteriormente. Concorda com a proposta de ter um plano inicial até o final do ano, com revisões posteriores. Além disso, menciona que o estado não tem estrutura para realizar as 10 conferências como inicialmente proposto, sugerindo que as conferências sejam feitas em macroregiões, com um número menor de encontros.

Professor Elenilton - Esclarece que a intenção não é reformular o documento, mas sim fazer adaptações durante as conferências. Sugere que a realização de seminários seria uma alternativa, caso as conferências não sejam viáveis.

Glória Christina de Souza Cardozo/CGS - Relata que esteve em reunião com a SEED, onde foi acordada a necessidade de diálogos além da reunião atual para a construção das metas, destacando que o plano deve dialogar tanto com o meio aberto quanto com o meio

fechado.

Paula Cristina Calsavara/SEDEF - Propõe a realização de oficinas macroregionais, uma vez que haja uma proposta viável para levantamento de demandas, evitando o gasto de recursos com um processo conferencial, especialmente considerando a falta de orçamento para isso.

Dra. Danielle Cristine Cavali Tuoto/MPPR e Dr. Fernando: Concordam com a proposta da Paula.

Ana Ligia Bragueto/CGS Reflete sobre a questão do tempo, ressaltando a importância de qualificar o trabalho e o plano, que terá uma duração de 10 anos e passará por diferentes gestões. Enfatiza que é essencial que o documento seja instrutivo, permitindo que diferentes gestões compreendam e utilizem o plano. Comenta sobre a busca pela universidade para fortalecer essa construção. Menciona que foram discutidas duas possibilidades com Alex: Fazer uma proposta via CEDCA, buscando recursos do FIA para a realização das conferências, semelhante ao que foi feito no simpósio de socioeducação; A ideia de utilizar a experiência de seminários anteriores e realizar encontros nas 10 regiões, como forma de viabilizar a construção do plano.

Juliana Muller Sabbag/SEDEF - Informa que o simpósio de socioeducação foi aprovado, mas a TED ainda não foi liberada, o que gera preocupação em relação ao tempo necessário para conseguir os recursos, uma vez que isso demanda bastante tempo.

Dra. Danielle Cristine Cavali Tuoto/MPPR - Concorda com Juliana e ressalta que, se os recursos forem obtidos pelo CEDCA, não sairão neste ano. Destaca que a criação de um conselho agora seria inviável devido à falta de tempo. Menciona que essa organização deveria ter sido planejada no ano anterior para tramitar adequadamente.

Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto/CGS - Defende que a intenção não é burocratizar o processo, mas sim aproveitar o histórico de organização de eventos pelas equipes, incluindo os escritórios regionais. Comenta que existem equipes em pelo menos 16 municípios, que já construíram relações com a rede de atendimento e que poderiam ser mobilizadas. Menciona a experiência de Umuarama, onde um seminário foi organizado pela equipe local. Enfatiza que as atividades anteriores contaram com parcerias locais, minimizando custos, já que as

prefeituras ajudaram na organização e custeio.

Flávia ressalta que a proposta de conferências visa promover a participação e a democracia, buscando escutar servidores, municípios e adolescentes. As equipes organizaram eventos de um dia, com deslocamentos curtos, e contaram com a participação de autoridades locais e adolescentes nas atividades culturais. Ela reitera que a Secretaria não precisou despender recursos significativos para esses eventos e que essa experiência pode ser utilizada para organizar futuras atividades.

Conclui destacando que a organização das conferências não deve dilatar o prazo previamente estabelecido e que todos os atores da comissão devem compartilhar essa responsabilidade. Os eventos planejados são um complemento para o ano seguinte, após a aprovação do documento inicial.

Dra. Danielle Cristine Cavali Tuoto/MPPR - Esclarece que a questão não é ser contra a ideia, mas sim a falta de estrutura do estado para realizá-los em grande escala. Fica satisfeita em saber que os seminários foram organizados regionalmente sem custos e considera esse um caminho viável. Reitera que a proposta deve ser pensar em seminários nesse formato, buscando parcerias locais, e que qualquer grande evento feito pelo estado deve ser pensado para o próximo plano.

Professor Elenilton - Reconhece que o ideal seriam conferências, alinhadas à política pública do estado. No entanto, compreende as preocupações apresentadas e sugere que essa discussão sobre a viabilidade das conferências seja aprofundada na próxima reunião.

Dra. Danielle Cristine Cavali Tuoto/MPPR - Informa que ofícios foram enviados a cada secretaria solicitando que indiquem quais metas irão apresentar.

Ana Ligia Braguetto/CGS Sugere que a realização de conferências seja deixada como recomendação para o próximo plano, considerando que não foi possível realizá-las neste. Destaca a importância desse processo para a construção de um plano decenal e enfatiza a necessidade de refletir coletivamente sobre esses pontos. Questiona como realizar esse redesenho a partir da pactuação feita, se é necessário já definir em quantos municípios as conferências serão realizadas ou se isso pode ser decidido posteriormente.

Professor Elenilton - Propõe a realização de uma reunião entre esta e a próxima para discutir e pactuar o que pode ser feito até lá.

Samanta Krevorucza/SEDEF - Questiona se o instrumento que está sendo utilizado é o correto, sugerindo a necessidade de padronizar a escrita para maior clareza.

Professor Elenilton - Observa que as colunas no documento estão invertidas, ressaltando que a meta deve vir antes da ação. Explica que indicadores também precisam ser decididos como equipe.

Professora Angela Coutinho - Concorda, explicando que a meta é o que se deseja atingir em um determinado tempo, enquanto a ação é o meio para alcançá-la. Destaca que a inversão pode dificultar a implementação, pois torna complicado medir a efetividade das ações. Enfatiza a importância de uma abordagem padronizada para facilitar a monitoração e a implementação do plano.

Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto/CGS - Indica que será necessária uma adequação do calendário, uma vez que o prazo para a entrega do plano está se aproximando e ainda não há metas definidas. Sugere abrir a palavra para que outros participantes tragam sugestões sobre a metodologia a ser adotada e como será o acompanhamento do que foi enviado. Reitera que as metas precisam ser quantificáveis para que o plano seja efetivo e possa ser monitorado corretamente.

Ana Ligia Braguetto/CGS Reitera que os professores sinalizaram a necessidade de inverter a ordem das metas e ações. Propõe que, seguindo o que foi discutido na última reunião, seja criada uma orientação para ajudar os participantes a diferenciarem metas de ações e a elaborarem indicadores. Comenta que conseguirão apresentar um documento orientador em uma semana, que será compartilhado no grupo de WhatsApp. Sugere que sejam realizadas reuniões quinzenais.

Luciane Diehl/SEEC - Relata que a Secretaria não encontrou registros de trabalhos anteriores envolvendo a socioeducação. Questiona o que é esperado em relação à Secretaria de Cultura e como isso se relaciona com as metas a serem construídas.

Deise - Pergunta se as metas serão construídas pelas secretarias responsáveis e como os indicadores serão definidos. Propõe discutir a metodologia de construção das metas, considerando a expectativa da Secretaria de Cultura em relação à socioeducação. Exemplifica a necessidade de facilitar o acesso a eventos culturais, como teatros, e sugere

que essa colaboração deve ser pensada em conjunto com as secretarias de cultura em diferentes municípios, como Londrina, Umuarama e Maringá.

Dra. Danielle Cristine Cavali Tuoto/MPPR - Destaca que cada secretaria deve definir as atividades para garantir direitos como cultura, esporte, lazer e profissionalização. Ela exemplifica que, na área da cultura, uma meta poderia ser ampliar o acesso dos socioeducandos às atividades culturais no estado do Paraná.

Glória Christina de Souza Cardozo/CGS - Sugere que se reúnam para discutir as demandas relacionadas à cultura, reconhecendo a necessidade de financiamento das ações. Ela acredita que uma reunião para alinhar entendimentos e desejos para a política de cultura seria mais assertiva, e sugere fazer o mesmo com a Secretaria de Esporte, discutindo o acesso a museus, cinemas e festivais.

Luciane Diehl/SEEC - Se coloca à disposição para discutir os itens principais que são esperados, tanto pelos educandos quanto pelas secretarias, para chegar a uma meta concreta

Ana Ligia Bragueto/CGS Finaliza a reunião, informando que a responsabilidade de elaborar um documento orientador sobre a construção de metas, ações e indicadores ficará a cargo da equipe. Este documento será compartilhado no grupo de WhatsApp e no documento oficial. A próxima reunião será agendada para 01 de outubro, focando nas metas do eixo 1. Até lá, as secretarias devem inserir suas propostas de metas com base no diagnóstico já disponibilizado.